



**COUNCIL OF  
THE EUROPEAN UNION**

**Brussels, 4 October 2005 (05.10)  
(OR. fr,pt)**

**12788/05**

**COPEN 151  
EJN 55  
EUROJUST 72**

**NOTE**

---

|          |  |
|----------|--|
| from:    | Portuguese Delegation  |
| to:      | Working Party on Cooperation in Criminal Matters (experts on the<br>European Arrest Warrant) |
| Subject: | Decisions by courts of appeal and constitutional courts on the<br>European Arrest Warrant    |

---

Delegations will find attached decisions by the Supreme Court of Justice and the Constitutional Court of Portugal, together with a summary of those Decisions.

---

### Case A

This case concerns an application made by Spain for the surrender of a Portuguese national. The EAW was issued for the enforcement of a three year prison sentence.

A decision of the Évora Court of Appeal granted the surrender of the Portuguese national to serve the sentence.

The Public Prosecutor appealed against the Decision, citing Article 4(6) of the Framework Decision and the absence of reciprocity on the part of Spain (see Article 12(2)(f) of Law 3/2003 of 14 March).

While recognising that under Spanish case law a different position would have been taken in a similar situation, the Supreme Court, in applying Article 33(5) of the Constitution of the Portuguese Republic, ruled that lack of reciprocity could not be an obstacle to cooperation in the European Union and therefore decided to surrender the Portuguese national to the appropriate Spanish court for execution of the sentence.

The surrender has not yet been carried out, as the person in question is still being held in connection with internal procedures in Portugal.

### Case B

The defendant appealed against the Decision of the Lisbon Court of Appeal, allowing his surrender to the Spanish authorities, on the grounds that he had not presented his defence in writing and that the executing Court was unaware of the Decision of the issuing Court.

The Constitutional Court ruled, as did the Supreme Court of Justice, that a written defence was mandatory only if there was an oral hearing, which had not been the case, and that the executing Court had been aware of the decision of the issuing Court. The decision was simply not in the defendant's favour, and that, naturally, had not pleased him.

The surrender has not yet been carried out in this case either, as the defendant has been detained as a result of internal procedures in Portugal.

### Case C

The defendant appealed against the decision of the Lisbon Court of Appeal granting his surrender to the Belgian authorities on the grounds, firstly, that the decision was invalid since the form had been reworded and completed several times over, thus obscuring the accusation, and, secondly, that there were grounds for refusal to execute the EAW.

The Supreme Court decided that:

1. The Court of Appeal had indeed requested additional information concerning the facts of the case in order to be able to determine the type of offence involved and to conclude that as the offence was of the type listed in Article 2, verification of the double criminality of the action was unnecessary.
2. As regards the ground for refusal mentioned by the defendant, none of the elements presented by the issuing Court in relation to the defendant's nationality, the location in which the actions took place or the nature of the action, would merit an examination of grounds for non-execution, which in any event would be optional. The surrender Decision of the Lisbon Court of Appeal was therefore confirmed.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCLUSÃO

Em 13.01.05, ao Em.º. Ens. Relator.

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

A Audiência Provincial de Huelva, Espanha, emitiu, de harmonia com a Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia de 13 de Junho de 2002, a Lei Espanhola 3/2003 de 14 de Março e a Lei (portuguesa) nº 65/2003 de 23 de Agosto, mandado de detenção europeu contra ~~Arturo de Castro Pizarro~~ cidadão português, identificado nos autos e então preso no estabelecimento prisional de Setúbal, com vista ao mesmo ~~Arturo de Castro Pizarro~~ ser entregue a Espanha, a fim de ingressar no Centro Penitenciário de Huelva, para cumprir a pena de três anos de prisão em que foi condenado por sentença, daquele Tribunal, de 4 de Março de 2004, transitada em julgado, pela prática de um crime contra a saúde pública (na modalidade de substâncias que causam grave dano à saúde) cometido em 17 de Agosto de 2002, na cidade de Ayamonte.

O Tribunal da Relação de Évora, por acórdão de 23 de Novembro de 2004, decidiu, em execução do referido mandado de detenção europeu ordenar a entrega de ~~Arturo de Castro Pizarro~~, às autoridades espanholas para cumprimento da pena de três anos mas ficando suspensa a mesma

Processo nº 4738/04

1

0235H - A Gráfica de Tomar

23/02 '05 QUA 09:41 [S/ TR/RE 5727] 016



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

entrega, nos termos do art. 31º, nº 1 da lei nº 65/2003 de 23 de Agosto para que o citado ~~Assessor~~ seja sujeito ao procedimento penal em processo comum que corre no 2º juízo Criminal da Comarca de Almada.

Desse acórdão recorreu o Ministério Público que apresentou a sua motivação rematada com as seguintes conclusões:

1 - A Lei Espanhola nº 3/03, de 14 de Março (equivalente à Lei Portuguesa nº 65/03, ambas publicadas na sequência da Decisão Quadro do Conselho da União Europeia de 13 de Junho de 2002 (2002/584/JAI), não estabelece o princípio da reciprocidade em situações idênticas à ora em apreciação.

2 - Pelo que o Tribunal recorrido não poderia ordenar a entrega do Arguido às Autoridades Espanholas para cumprimento da pena de 3 anos de prisão que ali lhe foi aplicada, por violação do disposto no artigo 4º da Lei nº 144/99, de 31 de Agosto, aqui aplicável porque o mandado de Detenção Europeu mais não é do que uma especialidade (para os Estados-Membros da União Europeia aderentes) da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal.

3 - A decisão ora impugnada é inconstitucional, por violação do nº 2º do artigo 33º da C.R.P., vista - para além do mais - a inexistência do princípio da reciprocidade que este inciso constitucional também exige.

Não houve resposta do requerido.

Processo nº 4738/04

2

02356 - A Gráfica da Tonner

23/02 '05 QUA 09:41 [S/ TR/RE 5727] 017



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

96  
[Handwritten signature]

Neste Supremo Tribunal o Exm<sup>o</sup> Procurador-Geral Adjunto após o seu visto no processo.

Colhidos os vistos legais, procedeu-se ao julgamento do recurso em ~~acórdão~~ <sup>Concluiu-se</sup>, cumprindo decidir:

Não foram alegados nem se constata a existência de qualquer nulidade ou vício, pelo que nada obsta ao conhecimento do recurso.

O acórdão recorrido considerou verificada a validade do conteúdo e forma do mencionado mandado de detenção europeu e a inexistência da causa de recusa do seu cumprimento, pelo que ordenou a sua execução e consequente entrega do ~~mandado~~ ~~de detenção~~ às autoridades espanholas, embora a entrega fique suspensa nos termos do art. 31<sup>o</sup> da referida Lei n<sup>o</sup> 65/2003.

De facto, o mandado contém os elementos exigidos pelo art. 3<sup>o</sup> dessa lei, o crime respectivo é previsto e punido pela lei portuguesa (Dec-Lei n<sup>o</sup> 15/93, de 22 de Janeiro e inexistem as causas de recusa de execução do mandado prevista nos art<sup>os</sup> 11<sup>o</sup> e 12<sup>o</sup> da mesma lei.

António Sousa deduziu oposição à sua entrega com fundamento na alínea g) do n<sup>o</sup> 1 do art. 12<sup>o</sup> da mencionada lei n<sup>o</sup> 65/2003, preceito que dispõe:

“A execução do mandado de detenção pode ser recusada quando:

g) A pessoa procurada se encontrar em território nacional, tiver nacionalidade portuguesa ou residir em Portugal, desde que o mandado

Processo n<sup>o</sup> 4738/04

3

02950 - A Gráfica do Tomar

23/02 '05 QUA 09:41 [S/ TR/RE 5727] 018



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de detenção tenha sido emitido para cumprimento de uma pena ou medida de segurança e o Estado Português se comprometa a executar aquela pena ou medida de segurança, de acordo com a lei portuguesa”.

O acórdão recorrido recusou a existência desse fundamento de recusa, por o Estado Português não se ter comprometido a executar a pena imposta ao ~~Acórdão Recorrido~~.

O recurso sub judicio baseia-se unicamente na inexistência de reciprocidade por parte da lei espanhola quanto ao cumprimento do mandado de detenção europeu referente a cidadão espanhol. Essa falta de reciprocidade tornaria inconstitucional a decisão recorrida por violação do art. 33º, nº 2 (queria dizer-se nº 3) da C.R.P..

O referido nº 3 do art. 33º da Constituição exige a reciprocidade na extradição de cidadãos portugueses nos casos de terrorismo e de criminalidade internacional organizada.

Porém, o nº 5 do mesmo artigo da Lei Fundamental dispõe: “O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação das normas de cooperação judiciária penal estabelecida no âmbito da União Europeia”.

Assim, no âmbito da cooperação judiciária penal europeia não é exigível constitucionalmente a reciprocidade e, como tanto a Decisão Quadro do Conselho da União Europeia, como a lei n.º 65/2003, não exigem a reciprocidade, a falta desta não é impeditiva do cumprimento do mandado europeu.

Processo nº 4738/04

4

02356 - A Gráfica de Tomar

23/02 '05 QUA 09:41 [S/ TR/RE 5727] 019



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

19 98  
2

O aresto recorrido não merece censura.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso e confirma-se o acórdão recorrido.

Sem custas por não a dever o recorrente.

*Ho' censura: "compromisso"*

Lisboa, 13 de Janeiro de 2005

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*  
Lisboa, 23 de Fevereiro de 2005  
*[Signature]*

Processo n.º 4738/04

5





## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

S/orig

129  
71  
B

**PROC.º.N.º.10189/04**  
**3ª Secção**  
(Reg.º.n.º.123)

1. No dia 26.11.2004, foi apresentado neste Tribunal da Relação de Lisboa o cidadão [REDACTED], melhor identificado a fls. 61, o qual tinha sido detido no dia anterior em Carnaxide por elementos da PJ, dando satisfação a Mandado de Detenção Europeu (MDE) emanado do Tribunal Criminal Central n.º.6 de Madrid – Espanha, no âmbito do processo sumário n.º.10/99, no qual o acima aludido é arguido da prática dos crimes de tráfico ilícito de estupefacientes, branqueamento de capitais, posse ilícita de armas e falsificação de documentos.

A ordem de detenção refere-se à aplicação da medida de coacção de prisão preventiva.

Procedeu-se à audição do procurado a que se refere o art.º. 18º da Lei n.º.65/2003, de 23 de Agosto, no decurso da qual foi pelo mesmo declarado que se opunha à execução do mandado e que não renunciava ao benefício da regra da especialidade.

A oposição foi deduzida pelo ilustre defensor do procurado com base na alegação de que este tinha sido submetido a prisão preventiva à ordem do processo já referido e que fora restituído à liberdade com fundamento em que tinha esgotado o prazo máximo de aplicação dessa medida de coacção. Apresentou como comprovativo do alegado fotocópias simples de dois

1

Rua do Arsenal, Letra G - 1100-038 Lisboa - Telef. 21 322 29 00 - Fax: SECRETARIA JUDICIAL - 21 322 29 92  
REP. ADMINISTRATIVA Fax: 21 347 98 44



## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

116  
71

documentos judiciais onde é mencionada a situação que fundamentou a oposição.

Foi requerida pela Exm<sup>a</sup>. Procuradora-Geral-Adjunta a junção dos documentos de fls. 36 e ss que se referem à detenção do procurado e decidido que o procurado aguardasse sob prisão preventiva a decisão que ficou pendente da confirmação do alegado pelo procurado e da junção aos autos do original do MDE, tudo em resultado de diligências a realizar pela Procuradoria-Geral Distrital.

\*

Foi entretanto apresentado requerimento pelo no procurado no qual solicita a sua libertação imediata com fundamento nos art<sup>os</sup> 539<sup>o</sup> da Ley de Enjuiciamiento Criminal (LEC) e 215<sup>o</sup>, 3, do CPP. Com este requerimento foi junta cópia certificada do Acórdão proferido em 16.4.2003 pelos Exm<sup>os</sup> Juízes da Audiência Nacional de Madrid no qual foi decidido colocar o ora detido em liberdade provisória no âmbito do atrás referido processo criminal, com fundamento no facto de estar próximo o prazo máximo de prisão preventiva e no art<sup>o</sup>.539<sup>o</sup> da LEC, aí se consignando também que a libertação ocorrera em 15.4.2003 no âmbito de processo de extradição requerida pelas autoridades portuguesas a quem fora entregue o procurado.

\*

2

Rua do Arsenal, Letra G - 1100-038 Lisboa - Telef. 21 322 29 00 - Fax: SECRETARIA JUDICIAL - 21 322 29 92  
REP. ADMINISTRATIVA Fax: 21 347 98 44

29/04 '05 SEX 14:28 [S/ TR/RE 6411] 003



## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Este requerimento não suscitou decisão imediata do relator, porquanto estavam ainda em curso diligências para recolha de elementos relevantes para possibilitar a posição final deste tribunal sobre a exequibilidade do MDE.

E não se deixa de registar que a apresentação de documentação que referia o esgotamento do prazo de prisão preventiva à ordem do processo em cujo âmbito foi emitido o MDE requeria esclarecimento que não podia deixar de ser pedido à entidade emitente da ordem de detenção.

2. Tal esclarecimento veio a ser prestado e consta do ofício de fls. 87 e 88 remetido via fax certificado pela sua origem na 1ª secção criminal da Audiência Nacional de Madrid, cuja Exmª. Juiz Presidente informou que:

- a) por decisão judicial de 16.4.2003 foi ordenada a libertação do procurado;
- b) por decisão judicial de 29.9.2003 foram fixadas ao procurado como medidas de coacção as de apresentação diária no tribunal (apud acta) e de não abandonar o território espanhol e, verificado o incumprimento destas medidas coactivas na decisão judicial de 27.10.2003, foi determinada a prisão preventiva e pedida a extradição.

Acrescentou a Exmª. Juiz que o decretamento da prisão preventiva nesta última data colhia fundamento no artº. 504º, 4 da LEC, preceito legal que, sem prejuízo do esgotamento do prazo máximo de prisão preventiva, permite que esta medida de coacção seja ordenada de novo no caso de violação das obrigações fixadas.

Rua do Arsenal, Letra G - 1100-038 Lisboa - Telef. 21 322 29 00 - Fax: SECRETARIA JUDICIAL - 21 322 29 92  
REP. ADMINISTRATIVA Fax: 21 347 98 44



## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

119  
71

4 . Tendo em conta o disposto no artº. 31º da Lei referida, em face da notícia da pendência de processos contra o procurado, solicite aos tribunais respectivos que informem se a prisão daquele interessa a tais processos (cf. fls. 66).

5 . Extraia e remeta ao DIAP a certidão promovida a fls. 108, que se destina à instrução de procedimento criminal pela eventual prática de crime de falsificação de documentos por parte do procurado.

\*

\*

Termos em que, tudo visto, se decide reconhecer como exequível o MDE em presença e se determina que lhe seja dado oportuno cumprimento, a realizar mediante a entrega do detido às autoridades espanholas.

\*

Verificando que não consta ainda dos autos original do MDE, a presente decisão não terá cumprimento enquanto se mantiver esta situação.

Oficie ao tribunal de Madrid solicitando o envio imediato desse documento.

\*

Rua do Arsenal, Letra G - 1100-038 Lisboa - Telef. 21 322 29 00 - Fax: SECRETARIA JUDICIAL - 21 322 29 92  
REP. ADMINISTRATIVA Fax: 21 347 98 44

6

29/04 '05 SEX 14:28 [S/ TR/RE 6411] 007



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Notifique.

\* \*

Lisboa, 10 de Dezembro de 2005 (182)

Rua do Arsenal, Letra G - 1100-038 Lisboa - Telef. 21 322 29 00 - Fax: SECRETARIA JUDICIAL - 21 322 29 92  
REP. ADMINISTRATIVA Fax: 21 347 98 44

29/04 '05 SEX 14:28 [S/ TR/RE 6411] 008



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCLUSÃO, em 24.07.05, do Enq. Enq. Relatores

Recurso penal n.º 71/05-5

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça

1. Notificado da deliberação tomada a fls. 252 e segs., veio o recorrente arguir a nulidade do acórdão, quer por não ter sido deferida a sua pretensão de alegar por escrito, quer não ter sindicado a decisão proferida pelas entidades espanholas.

O MP junto deste Supremo Tribunal respondeu conforme fls. 297 e segs., pronunciando-se pela improcedência da arguição.

Quanto ao primeiro ponto, por em suma, as alegações escritas só terem lugar quando «haja lugar a alegações», nos termos do artigo 411.º, n.º 4, do CPP.

Quanto ao segundo, por, apesar de desatender a pretensão do recorrente, o acórdão recorrido pronunciou-se sobre a questão, pelo que não se verifica qualquer nulidade.

2. Com dispensa de vistos, cumpre decidir.

Quanto ao primeiro ponto: Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 411.º, n.º 4 e 423.º, n.º 3, ambos do CPP, só há lugar a alegações quando o processo deva ser julgado em audiência, o que não é o caso do presente.

Como assim, não tem cabimento legal a pretensão de alegar por escrito, de resto a ser peticionada no tribunal recorrido.

Quanto ao segundo: O acórdão recorrido pronunciou-se sobre a questão da sindicabilidade, embora em sentido não favorável à pretensão do recorrente. Não há qualquer omissão de pronúncia nem se verifica a tal respeito qualquer nulidade.

De resto, quer sobre o tema quer o fundo da causa, está esgotado o poder jurisdicional do Supremo Tribunal de Justiça.

3. Como assim improcede a arguição, que por isso se indefere.

Custas do incidente pelo recorrente com taxa de justiça de 4 unidades de conta.

Supremo Tribunal de Justiça, 27 de Janeiro de 2005

Cálculo - A Gráfica da Torre

*[Handwritten signatures]*



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N° 127/2005

Proc° n° 116/2005.  
3ª Secção.  
Relator:- BRAVO SERRA.

1. Em 15 de Fevereiro de 2005 o relator proferiu a seguinte decisão:-

"1. Na sequência da detenção, pela Polícia Judiciária, de [REDACTED], detenção essa operada em satisfação de um mandado de detenção europeu emitido pelo Tribunal Central de Instrução nº 6 da Sala Penal, 1ª Secção, da Audiência Nacional Espanhola, foi, por despacho lavrado em 10 de Dezembro de 2004 pelo Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, entendido nada haver que obstasse à execução daquele mandado, pelo decidiu o reconhecimento da respectiva exequibilidade, a realizar mediante a entrega do detido àquele Tribunal Central de Instrução.

Inconformado, recorreu o detido para o Supremo Tribunal de Justiça, tendo, na motivação adrede produzida e para o que ora releva, dito:-

## III

PRISÃO PREVENTIVA

O ora Recorrente só pode estar privado da liberdade nos casos taxativamente indicados nas alínea[s] do art. 27-3, Constituição.

Tal disposição não comporta interpretação analógica.

Não consta de qualquer das alíneas do art. 27-3, Constituição, que o ora Recorrente possa estar preso preventivamente à ordem dos presentes autos pelo que deve ser imediatamente remetido à liberdade.

SINDICABILIDADE DA DECISÃO PROFERIDA PELA  
AUTORIDADE JUDICIÁRIA DO ESTADO-MEMBRO EMISSOR DO  
MDE

Entendeu o acórdão em crise não ter que sindicar a decisão exequenda. —ponto 3 de fls. [ ] 112 e 113.

Sem razão.

Na verdade, a prisão preventiva está sujeita aos prazos máximos previstos na Lei. — art.28-4, Constituição.

E o ora Recorrente demonstrou que havia sido posto em liberdade por se ter esgotado o prazo máximo de prisão preventiva no processo-sumário 10/99, Rollo de Sala 7/99, Juzgado Central de Instrucción n.º 6, Audiência Nacional, Sala de lo penal, Secci[ó]n primera — conforme consta de fls. 85 e 86 com tradução a fls. 67 e 68.

É exactamente pelo mesmo processo que foi emitido o presente MDE. Caberá aqui historiar o percurso da detenção do ora recorrente.



# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O ora recorrente nunca mais foi notificado pessoalmente pelas autoridades espanholas nos autos que deram origem à emissão do presente MDE.

Pelo que, face à Lei portuguesa, não violou quaisquer deveres de que tenha sido notificado — repete-se que não lhe foram impostas quaisquer obrigações processuais pelas autoridades espanholas — que imponham ou justifiquem a sua prisão preventiva e a consequente emissão do presente MDE.

O que levará à recusa da entrega do ora Recorrente às autoridades espanholas por violação do art. 28-3, Constituição.

## VI

### PENA MÁXIMA DE PRISÃO APLICÁVEL

Consta do MDE que a pena máxima aplicável ao ora Recorrente é de 32 anos de prisão, — ponto 34 da tradução de fls. 25.

Quando no ordenamento jurídico português o limite máximo da pena de prisão é de 25 anos. — art. 41-1, CP.

E, em caso algum, este limite pode ser excedido — art. 41-3, CP.

E o condenado em tal pena de 25 anos será sempre posto em liberdade cumpridos que sejam 5/6 da pena, ou seja, logo que estejam cumpridos 20 anos e 4 meses de prisão. — art. 61-5, CP.

Assim, só poderia ser ordenada a entrega do ora Recorrente se fosse imposto ao Estado espanhol desse a garantia de que não seria condenado em pena superior a 25 anos e que seria posto em liberdade, caso fosse condenado, logo que estivessem cumpridos os mencionados 20 anos e 4 meses de prisão. — art. 13-b), Lei 65/2003, 23 Agosto, e art. 5-2, da Decisão Quadro 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 Junho.

Em cumprimento do art. 33-4, Constituição que, de outro modo, seria violado.

Mas tal não sucedeu no despacho em crise.

## VII

### CONCLUSÕES

13. O ora Recorrente só pode estar privado da liberdade nos casos taxativamente indicados nas alínea[s] do art. 27-3, Constituição;

14. Tal disposição não comporta interpretação analógica;

15. Não consta de qualquer das alíneas do art. 27-3, Constituição, que o ora Recorrente possa estar preso preventivamente à ordem dos presentes autos pelo que deve ser imediatamente remetido à liberdade.

16. Entendeu o ac[6]rdão em crise não ter que sindicar a decisão exequenda. — ponto 3 de fls. 112 e 113;

17. A prisão preventiva está sujeita aos prazos previstos na Lei. — art. 28-4, Constituição;

18. E o ora Recorrente demonstrou que havia sido posto em liberdade por se ter esgotado o prazo máximo de prisão preventiva no processo--sumário 10/99, Rollo de Sala 7/99. Juzgado Central de Instrucción n.º 6, Audiência Nacional, Sala de lo penal, Secci[6]n primera — conforme consta de fls. 85 e 86 com tradução a fls. 67 e 68;

19. É exactamente pelo mesmo processo que foi emitido o presente MDE;





3252

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

29. O ora recorrente nunca mais foi notificado pessoalmente pelas autoridades espanholas nos autos que deram origem à emissão do presente MDE;

30. Face à Lei portuguesa, não violou quaisquer deveres de que tenha sido notificado que imponham ou justifiquem a sua prisão preventiva e a consequente emissão do presente MDE;

31. O que levará à recusa da entrega do ora Recorrente às autoridades espanholas por violação do art. 28-3, Constituição;

37. Assim, só poderia ser ordenada a entrega do ora Recorrente se fosse imposto ao Estado espanhol desse a garantia de que não seria condenado em pena superior a 25 anos e que seria posto em liberdade, caso fosse condenado, logo que estivessem cumpridos os mencionados 20 anos e 4 meses de prisão. — art. 13-b), Lei 65/2003, 23 Agosto, e art. 5-2, da Decisão Quadro 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 Junho.

38. Em cumprimento do art. 33-4, Constituição que, de outro modo, seria violado.

39. Mas tal não sucedeu no despacho em crise.

40. Assim, o despacho em crise omitiu a pronúncia relativamente à aplicação da garantia imposta pelo art. 13-b), Lei 65/2003, 23 Agosto, o que importa a baixa dos autos ao Tribunal da Relação para que insira na decisão em crise a imposição da garantia em apreço;

41. O despacho em crise fez errada interpretação e aplicação da Lei aos factos, violando, designadamente, os arts. 27-3, 28-4 e 33-4, Constituição, arts. 41-2-3, e 61-5, CP, arts. 118 e seguintes, CPP, arts. 13-b)-c), Lei 65/2003, 23 Agosto e art. 5-2-3, da Decisão Quadro 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de Junho'.

Em 27 de Dezembro de 2004 o detido apresentou nos autos requerimento por via do qual solicitava a revogação da medida de coacção de prisão preventiva, pretensão que veio a ser indeferida por despacho proferido em 4 de Janeiro de 2005 pelo Desembargador Relator do Tribunal da Relação de Lisboa.

O Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de 13 de Janeiro de 2005, negou provimento ao recurso.

Após a prolação daquele aresto, foram juntos aos autos:-

- um requerimento, apresentado no Tribunal da Relação de Lisboa em 6 de Janeiro de 2005, subscreto pelo mandatário do detido, no qual indicava pretender 'fazer uso do direito de alegar por escrito';

- um requerimento, apresentado também naquele Tribunal e na mesma data, no qual se arguia a nulidade decorrente da falta de notificação ao detido da resposta, apresentada pelo Ministério Público, à motivação de recurso, resposta esse da qual só teria



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

sabido quando foi notificado do despacho de admissão de recurso, já que nele se mencionou a existência dessa resposta;

- um requerimento, apresentado no indicado Tribunal e em 12 de Janeiro de 2005, no qual se revelava a intenção de recorrer do despacho que indeferiu o pedido de revogação da medida de coacção de prisão preventiva, requerimento esse que capeava a motivação tocante a esse recurso.

Por despacho prolatado em 20 de Janeiro de 2005 pelo Conselheiro Relator do Supremo Tribunal de Justiça foi, relativamente a tais requerimentos e motivação, determinada a extracção de traslado do processado para posterior decisão.

Do acórdão de 13 de Janeiro de 2005 foram arguidas nulidades consistentes, na óptica do solicitante, em não ter sido notificado para efectuar alegações escritas ou orais e em não ter aquele aresto sindicado a decisão das autoridades judiciárias espanholas.

Tendo o Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de 27 de Janeiro de 2005, indeferido a arguição, fez o detido juntar aos autos, em 31 do mesmo mês, requerimento com o seguinte teor:-

~~Requerimento de nulidade~~ nos autos de execução de mandado de detenção europeu em referência, respeitosamente expõe:

Depois de notificado do, aliás douto, acórdão que manteve a decisão de entregar o ora requerente às Justiças de Espanha veio o ora Recorrente, em tempo, arguir nulidades do mesmo que até ao momento não foram decididas.

O Ora Requerente pretende interpor recurso daquele acórdão para o Tribunal Constitucional.

Entende que só se inicia o prazo para recorrer após a decisão das mencionadas nulidades.

No entanto, como o art. 411-1, CPP — aplicável por força do disposto no art. 34, Lei 65/2003, 23 de Agosto — dispõe que o prazo de interposição dos recursos conta-se a partir da notificação da decisão, Vem, para que de modo nenhum expire o prazo para recorrer, através do presente requerimento interpor recurso para o Tribunal Constitucional'.

Por despacho de 2 de Fevereiro de 2005 lavrado pelo Conselheiro Relator do Supremo Tribunal de Justiça foi admitido o recurso interposto para o Tribunal Constitucional.

2. Não obstante tal despacho, porque o mesmo não vincula este Tribunal (cfr. nº 3 do artº 76º da Lei nº 28/82) e porque se entende que o recurso não deveria ter sido admitido, elabora-se, ex vi do nº 1 do artº 78º-A da mesma Lei, a vertente decisão, por intermédio da qual se não toma conhecimento da presente impugnação.

Mod. 8

4



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Nestes autos está em causa, e tão só, o recurso intentado interpor do acórdão tirado em 13 de Janeiro de 2005, por intermédio do qual foi negado provimento à impugnação do despacho proferido em 10 de Dezembro de 2004 pelo Desembargador Relator do Tribunal da Relação de Lisboa que decidiu ser exequível o mandado de detenção europeu referente ao detido, entregando-o à autoridade judiciária espanhola determinadora da emissão daquele mandado.

Muito embora o requerimento de interposição de recurso não obedeça às prescrições constantes dos números 1 e 2 do artº 75º-A da Lei nº 28/82, e muito embora, igualmente, no Alto Tribunal *a quo*, se não tenha lançado mão do que se encontra estatuído no nº 5 do mesmo artigo, não se justifica, no caso, que, no presente órgão de administração de justiça, seja cumprido o determinado no nº 6, ainda do dito artigo.

Na verdade, ainda que o detido, na sequência de uma tal determinação, viesse agora a fazer as menções a que se reportam os referidos números 1 e 2, o que é certo é que, como a seguir se verá, não seria possível tomar conhecimento do objecto do recurso.

Nesse contexto, a determinação de efectivação do convite a que alude o indicado nº 6 do artº 78º-A postar-se-ia como a prática de um acto perfeitamente inútil.

2.1. Disse-se já que do objecto da impugnação em presença não é possível tomar conhecimento, cumprindo explicitar as razões de uma tal asserção.

Embora isso não conste do requerimento de interposição de recurso, parece patente que o mesmo somente poderia ancorar-se na alínea b) do nº 1 do artº 70º da Lei nº 28/82.

Acontece que, na motivação do recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, o ora impugnante em passo algum imputou a qualquer normativo insito no ordenamento jurídico infra-constitucional (ainda que alcançado por via de um processo interpretativo), o vício de desarmonia com a Lei Fundamental. Antes, como deflui do relato supra efectuado, assacou ao despacho então recorrido a violação de determinados preceitos constitucionais, a par da violação de preceitos constantes da lei ordinária.

Ora, como se sabe, o objecto dos recursos de constitucionalidade é constituído por normas e não por outros actos do poder público tais como, *verbi gratia*, as decisões judiciais *qua tale* consideradas. E, postando-nos, como nos postamos, perante um recurso esteado na referenciada alínea b) do nº 1 do artº 70º, mister era que, precedentemente à prolação do acórdão ora querido

Med. 6

5



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

impugnar, o recorrente tivesse equacionado qualquer questão de inconstitucionalidade reportada a normas.

Nada disto sucedeu na situação *sub specie*.

Dáí que se não toma conhecimento do objecto do recurso, condenando-se o impugnante nas custas processuais, fixando-se a taxa de justiça em sete unidades de conta”.

Da transcrita decisão reclamou o detido nos termos do nº 3 do artº 78º-A da Lei nº 28/82.

Na peça processual consubstanciadora da reclamação, após transcrever determinados passos da motivação e das «conclusões» do recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (e de que grande parte se encontrava igualmente transcrita da decisão reclamada), limitou-se a sustentar:-

*A decisão recorrida declarou não estar verificada nenhuma causa de recusa da execução do mandado de detenção europeu sem sindicat a decisão proferida pelo órgão competente do Estado emitente do mandado, designadamente, se o ora Reclamante podia ser detido e preso à ordem dos autos em que foi proferida tal decisão e, em consequência, dos presentes autos.*

*Tal declaração-decisão aplicou o art. 11. Lei 65/2003, 23 Agosto, na sua literalidade.*

*Mas tal disposição – a do art. 11, Lei 65/2003, 23 Agosto – é inconstitucional – por violação do art. 28-4, Constituição – se aplicado literalmente sem observância da sindicabilidade da decisão proferida pelo órgão competente do Estado emitente do mandado, designadamente, repete-se, se o ora Reclamante podia ser detido e preso à ordem dos autos em que foi proferida tal decisão e, em consequência, dos presentes autos.*

*Outros fundamentos existem ainda na motivação de recurso do Reclamante”.*

Ouvido sobre a reclamação, o Ex.mo Representante do Ministério Público junto deste Tribunal pronunciou-se no sentido de a mesma ser manifestamente infundada, não pondo “o reclamante em causa o fundamento da decisão reclamada: a não suscitação, durante o processo e em termos processualmente adequados, de qualquer questão de inconstitucionalidade normativa, idónea para servir de base ao recurso interposto para este Tribunal Constitucional”.

Cumprе decidir.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

2. É por demais clara a sem razão da reclamação agora deduzida.

Na mesma não são avançadas quaisquer razões que infirmem a *ratio* da decisão impugnada que, em súmula, consiste em não ter sido, no recurso interposto para o Supremo Tribunal de Justiça, suscitada qualquer questão de inconstitucionalidade reportada a norma do ordenamento jurídico ordinário, sendo que, como nos situamos, dado o que foi exposto naquela decisão, perante um recurso esteado na alínea b) do nº 1 do artº 70º da Lei nº 28/82, mister era, para abrir a via de uma tal forma de impugnação, que fosse equacionada a desarmonia constitucional da norma vertida no artº 11º da Lei nº 65/2003, de 23 de Agosto, norma esta que, só agora, com a reclamação apresentada, parece que seria aquela que o impugnante desejaria submeter à apreciação deste Tribunal.

Termos em que se indefere a reclamação, condenando-se o reclamante nas custas processuais, fixando-se a taxa de justiça em vinte unidades de conta.

*Lisboa, 9 de Junho de 2005*  
  
*António Costa*

Mod. 6

7

Procuradoria Geral Distrital  
Junto da  
Relação de Lisboa

(promoção,  
MDE, entrega do arguido-suspensão)

**PN 10189/04-3**

Compulsados os autos verifica-se a seguinte situação:

**1. Fase dos autos-**

A decisão de entrega do arguido ao Estado reclamante (Espanha) transitou em julgado. Nesta data, corre desde já o prazo para entrega do reclamado, nos termos previstos pelo **art. 29 nº1 da Lei 65/03**.

2. Com efeito, por sentença de 10.12.04, desta Relação, foi determinada a entrega do arguido, em execução do MDE- cfr. fls. 109-115;

A sentença foi confirmada por **Acórdãos do STJ** de 13.01.05 (fls. 252-258), do **Tribunal Constitucional** ( fls. 307-312, 323-329, 354-355,368) proferidos respectivamente em 15.02.05, 9.03.05, 30.03.05, e 19.04.05).

A decisão de execução do MDE transitou pois, em 19.04.05 (fls. 370).

3. **Processos pendentes** em Portugal, de conhecimento superveniente nos autos:

**PN 2289/02.1TDLSB, 5ª Vara, 3ª Secção** de Lisboa, com julgamento marcado para Outubro próximo, o qual não pede a detenção do arguido ( fls. 381-389).

**PN 8/05.0TELSB (DCIAP)**, em fase de inquérito, com pedido de prisão preventiva- (fls. 333-335, 344-346).

4. **Prazo de detenção do arguido-** nos termos da liquidação a fls. 154, o arguido encontra-se **ininterruptamente detido, nestes autos, desde 25.11.04;**

O prazo máximo da detenção, 150 dias, esgotar-se-ia a 26.04- o que não sucedeu, dado o efeito do trânsito em julgado da sentença da entrega, encontrando-se os autos na fase da execução do pedido, cujo prazo máximo é 20 dias- art. 29 nºs1 3 da lei 65/03.

Assim sendo, atento trânsito em julgado da decisão da entrega do arguido, as obrigações do Estado Português em matéria de cooperação internacional, a respeitar neste procedimento, e os interesses relevantes da investigação criminal no inquérito pendente no DCIAP, **PROMOVO:**

A) **atentos o pedido de prisão preventiva à ordem do inquérito pendente no DCIAP, a comunicação oral que me foi feita pelo meu**

1

Procuradoria Geral Distrital  
Junto da  
Relação de Lisboa

colega titular daquela investigação sobre a relevância da presença do arguido para o prosseguimento da investigação, os interesses daquela investigação criminal ao tráfico de droga e a possibilidade legal, promovo a suspensão da entrega do arguido às autoridades Espanholas, para que seja sujeito ao procedimento criminal naqueles autos, ao abrigo do disposto no art. 31 nº1 da lei 65/03;

B) se emitam mandados de desligamento deste PNº 10189/04--3, ficando o arguido à ordem do PN 8/05.0TELSB (DCIAP), conforme solicitado - esclarecendo-se que o desligamento do arguido é feito a partir da data de 26.04.05, para efeitos de imputação da detenção, e em consequência da suspensão da entrega à ordem deste pedido de cooperação penal internacional;

Mais promovo se esclareça que, em caso de alteração do estatuto do arguido naqueles autos, deverá ser obrigatoriamente colocado à ordem deste pedido internacional de entrega, uma vez que transitou em julgado a respectiva decisão. Promovo se remeta igualmente certidão da dita sentença nestes autos.

C) promovo se oficie à PGR, à Audiência Nacional de Madrid, Tribunal Central de Instrução Nº 6, Sumário Nº 10/99, ao GNI, à PJ, SIRENE, à 5ª Vara 3ª secção, remetendo certidão da sentença de fls. 109-115, confirmada pelo Acórdão do STJ de 252-258, com nota do trânsito em julgado, informando que, transitou a decisão de execução do Mandado de Detenção Europeu, mas que a entrega será efectuada em diferido, nos termos permitidos pelo art. 31 nº1 da Lei 65/03, em virtude de o arguido ter ficado detido à ordem de processo crime pendente em Portugal, se assim for entendido.

D) Mais promovo a urgência máxima dada a situação do arguido

12



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Proc. 559/05

3.ª Secção

e

PB  
461  
7

Acordam na Secção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça:

I. Em processo para execução de mandado de detenção europeu relativo a [REDACTED] emitido pelo Tribunal de Primeira Instância de Liège, Bélgica, por acórdão de 16 de Dezembro de 2004 o Tribunal da Relação de Lisboa ordenou a entrega às autoridades belgas do referido cidadão.

Inconformado, o mesmo recorreu para este Supremo Tribunal, formulando na motivação do recurso as seguintes conclusões:

1. Ao recorrente é, efectivamente, imputada pelo Tribunal de Liège a prática de um crime de burla.

2. Tal imputação, ao contrário do que sucedia num primeiro mandado emitido, consta em definitivo de uma segunda versão traduzida do segundo dos mandados emitidos.

3. Na primeira versão traduzida deste mesmo e primeiro mandado, fazendo-se já referência ao artº 496º do Código Penal Belga (Crime de Burla), devidamente assinalado na respectiva quadrícula do Quadro I do correspondente impresso, é ainda feita no respectivo Quadro II uma desnecessária e contraditória descrição do crime de abuso de confiança.

Relator: Cons. Políbio Flor

1





## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4. Na derradeira versão traduzida tal descrição foi substituída pela do crime de burla, também desnecessária nos termos das respectivas instruções de preenchimento, dado tratar-se de uma infracção prevista e, aliás, assinalada na correspondente quadricula do Quadro I.

5. Num primeiro mandado emitido, a norma incriminadora era o artº 481º do Código Penal Belga, fazendo-se no Quadro II a descrição do respectivo tipo (Crime de Abuso de Confiança), em conformidade, aliás, com as respectivas instruções de preenchimento, dado não se tratar de qualquer das infracções previstas no Quadro I.

6. Tudo isto sem a modificação, no correspondente Quadro do impresso, de uma só vírgula na descrição das circunstâncias em que a infracção foi cometida.

7. Circunstâncias que não incluem, aliás, qualquer facto ou situação que justifique a imputação ao ora recorrente da prática de qualquer infracção.

8. Mesmo assim, entendeu o Tribunal "a quo" ser inquestionável tal imputação.

9. Não fundamentando, porém, o seu entendimento.

10. Em conformidade, decretou que se executasse o mandado.

11. Sem a mais leve referência aos factos que, nos termos da lei belga, constituem a prática de um crime de burla imputável ao ora recorrente.

12. O que toma a sua decisão incompreensível e insindicável nos aspectos que se prendem com a necessária e correspondente motivação de facto e de direito.

Relator: Cons. Políbio Flor

2



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

P/M  
463  
7

13. Violou, assim, o Tribunal "a quo" a norma contida no n.º 1 do art.º 22.º da Lei 65/2003, de 23 de Agosto.

14. O que determina a nulidade, no seu todo, da decisão proferida, pela conjugação da referida norma com os preceitos contidos no art.º 374.º e 379.º do Código de Processo Penal, aplicáveis por força do art.º 34.º da referida Lei n.º 65/2003.

15. Por outro lado, entendeu o Tribunal "a quo" inexistirem causas de recusa da execução do mandado, entendimento que resulta de uma errada interpretação da norma contida na al. h) ii, do n.º 1 do art.º 12.º da Lei 65/2003, de 23 de Agosto.

16. No contexto da norma em causa, é irrelevante o facto do tipo de crime imputado ao recorrente ser ou não punível em Portugal.

17. O que importa saber é se a lei penal portuguesa é ou não aplicável aos mesmos factos, i.e., aos descritos no mandado, quando praticados fora do território nacional.

18. Ora, nem o agente nem a vítima, alegados protagonistas dos factos em causa, são cidadãos portugueses, sendo, por consequência, evidente a inaplicabilidade da lei penal portuguesa.

19. Assim sendo, poderia ter sido recusada a execução do mandado.

20. Decidindo-se, precisamente, o contrário.

Termos em que, ferido de nulidade o Acórdão recorrido, por ausência da devida fundamentação da decisão nele proferida, deve esta ser substituída por outra, declarando-se inexecutível o mandado de detenção emitido pelas Autoridades Belgas contra o recorrente.

Assim se fazendo a costumada Justiça.

Relator: Cons. Políbio Flor

3



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

113  
464  
7

O Ministério Público na Relação de Lisboa respondeu à motivação do recurso, pronunciando-se pelo não provimento, dizendo em síntese:

1.º Não existe falta de fundamentação de facto no acórdão recorrido, se a entrega do requerido foi deferida com base em inserção no S.I.S. por factos que no mesmo foram descritos e enquadrados no art. 496 do Código Penal Belga, tipo legal que foi referido corresponder de burla, mais tendo apenas sido introduzida rectificação posterior quanto à punição, que foi, assim, limitada a 5 anos de prisão.

2.º Não existe também falta de fundamentação de direito se a mesma se fundamenta, nomeadamente, no disposto nos arts. 2.º, n.º 2, 4.º n.º 1 e 16.º n.ºs 3 e 4 da Lei n.º 65/2003, de 23/8.

3.º Face a tal tipo legal de crime, constante da inserção no S.I.S., nada há que leve a não ser de dispensar o controlo da dupla incriminação, conforme previsto no art 2.º n.º 2 al. u) desta Lei;

4.º Aquela inserção, sustentada numa decisão proferida no Estado-membro que a determinou, produz os mesmos efeitos de um mandado de detenção europeu, nos termos do citado art. 4.º n.º 4 da mesma referida Lei;

5.º O original do mandado de detenção europeu pode, pois, ser dispensado desde que a dita inserção contenha todas as informações referidas no art. 3.º da Lei n.º 65/2003, de 23/8, o que também foi referido na fundamentação do dito acórdão;

6.º Não se justifica a aplicação da invocada causa de recusa, relacionada com os factos terem sido cometidos em país terceiro, por a infracção ser aí igualmente punida pela lei portuguesa, conforme se

Relator: Cons. Políbio Flor

4



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A  
465  
7

sublinhou no acórdão recorrido, e verificando-se ainda que parte dos factos foram descritos como praticados também no território belga;

7.º É, pois, de manter o acórdão recorrido, deferindo-se a execução da ordem de entrega do recorrente à Bélgica, para efeitos do procedimento criminal a que se refere a inserção S.I.S. constante dos autos, com a limitação da punição a cinco anos de prisão.

Colhidos os vistos legais, vieram os autos à conferência, cumprindo apreciar e decidir.

II. Invoca o recorrente, como fundamentos do recurso:

- Nulidade do acórdão por violação da norma do artigo 22.º, n.º 1, da Lei n.º 65/2003, de 23 de Agosto;
- Existência de causa de recusa de execução do mandado de detenção europeu.

A questão da nulidade do acórdão

Alega o recorrente que o acórdão recorrido, face às vicissitudes ocorridas com os termos em que o mandado de execução devia ser cumprido, não fundamentou a imputação da infracção ao recorrente, o que toma a sua decisão incompreensível e insindicação nos aspectos que se prendem com a necessária e correspondente motivação de facto e de direito. Teria assim sido violada a norma contida no n.º 1 do artigo 22.º da Lei 65/2003, de 23 de Agosto, o que determina a nulidade, no seu todo, da decisão proferida, pela conjugação da referida norma com os preceitos contidos no artigos 374.º e 379.º do Código de Processo Penal, aplicáveis por força do artigo 34.º da referida Lei n.º 65/2003.

Relator: Cons. Políbio Flor

5



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Am*  
466  
7

Vejamos se assiste razão ao recorrente.

Está em causa a decisão proferida pelo Tribunal da Relação de Lisboa sobre a execução de mandado de detenção europeu emitido por um tribunal belga contra o recorrente, que, embora inicialmente detido, veio a ser posto em liberdade mediante a imposição da medida coactiva de apresentações semanais num posto policial, com proibição de se ausentar do país sem comunicação ao tribunal.

Preceitua o artigo 22.º, n.º 1, da Lei n.º 65/2003, que o tribunal profere decisão fundamentada sobre a execução do mandado de detenção europeu no prazo de cinco dias a contar da data em que ocorrer a audição da pessoa procurada.

Impunha-se assim que a Relação se pronunciasse sobre os requisitos formais e substanciais que condicionam a execução do mandado em conformidade com a referida Lei.

O recorrente argúi apenas a falta de fundamentação no que concerne à imputação da infracção, que em seu entender não se mostra devidamente caracterizada.

A Relação considerou que o crime que fundamentou o mandado é o de burla, punido pelo Código Penal belga com prisão até cinco anos.

Isto não obstante algumas vicissitudes com o cumprimento do mandado, face à sua redacção inicial, que descrevia os factos imputados ao recorrente e referia a prática de um crime de abuso de confiança e duas outras condutas ilícitas que ora não interessa considerar (fls. 50 e 52). Mais tarde foi junta uma versão do mandado da qual consta a mesma descrição dos factos, qualificados como crime de burla, punível com prisão até cinco anos (fls. 340 e 348).

Relator: Cons. Políbio Flor

6



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

464

7

A Relação considerou que se tratou de uma rectificação permitida pelo artigo 16.º da referida lei, concluindo pela verificação dos requisitos de forma e conteúdo previstos no artigo 3.º.

É certo que a Relação não analisou, face aos factos imputados ao recorrente, o preenchimento do tipo do crime segundo a lei portuguesa. Mas, tendo aceite que não era exigível a dupla incriminação, dado que o caso se integra na previsão do artigo 2.º, n.º 2, não havia que proceder a tal análise.

Com efeito, nos termos do n.º 2 desse artigo, será concedida a extradição com origem num mandado de detenção europeu, sem controlo da dupla incriminação do facto, sempre que os factos, de acordo com a legislação do Estado membro da emissão, constituam as infracções mencionadas nas alíneas seguintes, puníveis no Estado membro da emissão com pena ou medida de segurança privativas de liberdade de duração máxima não inferior a 3 anos. E na alínea u) vem previsto o crime de burla.

Acresce que, segundo as instruções de preenchimento do mandado, não era necessária a descrição do tipo legal no ponto II do mesmo, por se tratar de crime incluído no ponto I (que se refere aos crimes previstos no n.º 2 do artigo 2.º).

Estava assim, no caso, vedado ao Estado português sindicar se os factos imputados ao recorrente, preenchem ou não, segundo a lei belga, o crime de burla, já que isso envolveria uma violação do princípio da cooperação entre os Estados e do respeito pelas decisões dos respectivos tribunais.

Mostra-se assim suficientemente fundamentado o acórdão recorrido quanto ao ponto em questão.

Relator: Cons. Políbio Flor

7



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RB  
468  
7

Deste modo, não enferma o acórdão recorrido da arguida nulidade.

A questão da existência de causa de recusa de execução do mandado de detenção europeu

Alega o recorrente que o Tribunal "a quo" entendeu inexistirem causas de recusa da execução do mandado, entendimento que resulta de uma errada interpretação da norma contida na alínea h), ii), do n.º 1 do artigo 12.º da Lei 65/2003, na medida em que nem o agente nem a vítima, alegados protagonistas dos factos em causa, são cidadãos portugueses, sendo, por consequência, evidente a inaplicabilidade da lei penal portuguesa, pelo que poderia ter sido recusada a execução do mandado.

Nos termos do artigo 12.º, n.º 1, alínea h), ii), a execução do mandado de detenção europeu pode ser recusada quando tiver por objecto infracção que tenha sido praticada fora do território do Estado membro de emissão desde que a lei penal portuguesa não seja aplicável aos mesmos factos quando praticados fora do território nacional.

A descrição dos factos constante do mandado de detenção não define com a clareza as circunstâncias em que o crime de burla terá sido cometido, face à lei portuguesa. Todavia, infere-se da mesma, maxime da residência do ofendido (uma localidade belga), que o mesmo terá efectuado a remessa da quantia de que alegadamente veio a ficar privado, na Bélgica, e que participação do recorrente nos factos, por residir na Suíça, terá ocorrido neste país.

A ser assim, e porque o crime de burla se consuma quando a coisa sai da esfera patrimonial do defraudado, de modo a já não poder obstar a que ela chegue ao poder do burlão (ac. do STJ de 18-4-1990, BMJ, 396, pg. 250), o crime terá sido cometido na Bélgica. Consequentemente, tendo

Relator: Cons. Políbio Flor

8



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

469  
7

que se admitir que foi praticado no território do Estado membro da emissão, não ocorre a aludida causa de recusa de execução do mandado de detenção europeu.

De qualquer forma, mesmo que se entendesse que se verifica a situação prevista na referida norma do artigo 12.º, para se optar pela recusa, que tem a natureza de facultativa, como se refere na epígrafe do artigo, era necessário que houvesse razões para tal, o que não se verifica.

Improcede assim, também, este fundamento do recurso.

III. Nestes termos, julgam não provido o recurso, confirmando a acórdão recorrido.

O recorrente pagará 5 UCs de taxa de justiça.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2005-  
Políbio Flor

Relator: Cons. Políbio Flor

9